



Invertir en la población rural

Republica Federativa do Brasil - Estado Do Piauí

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido do Estado do Piauí

(Projeto Viva o Semiárido / Mais Viver Semiárido)

Relatório de supervisão

Relatório principal y apêndices

Datas da Missão: 21 – 24 janeiro 2014
Data do documento: 30 junho 2014
N.º do projecto: 1486-BR
N.º do relatório: 3495-BR

Divisão da América Latina e Caribe
Departamento de Administração de Programas

Índice

A.	Introdução	1
B.	Aspectos Institucionais	1
C.	Estratégia operacional	3
D.	Temas Financeiros	5
E.	Monitoramento e Avaliação (M&A)	7
F.	Considerações finais	7
G.	Plano de tarefas prioritárias	8

Apêndices

Apêndice 1:	Resumen del estado del proyecto y ratings	9
Apêndice 2:	Marco lógico actualizado	12
Apêndice 3 :	Resumen de las medidas más importantes que haya que adoptar en plazos convenidos	13
Apêndice 4:	Progresos físicos medidos respecto del POA	14
Apêndice 5:	Aspectos financieros:	15
Apêndice 6:	Cumprimento das Cláusulas Legais: Estado de Implementação	23
Apêndice 7:	Gestión de conocimientos: aprendizaje e innovación	27

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO PIAUÍ

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido do Estado do Piauí (Projeto Viva o Semiárido / Mais Viver Semiárido)

EMPRÉSTIMO I-788-BR

AJUDA MEMÓRIA MISSÃO DE SUPERVISÃO AO PROJETO 21 A 24 DE JANEIRO DE 2014

A. Introdução

1. Entre os dias 21 e 24 de janeiro de 2014 uma missão do FIDA composta por Ivan Cossio, Gerente de Programas para o Brasil, Hardi Vieira, Oficial de Programas no Brasil, e Danilo Pisani, Especialista Financeiro, visitou o Estado do Piauí para efetuar a primeira missão de supervisão e apoiar a implementação do Projeto. Vale destacar que desde a assinatura dos Acordos de Empréstimo e de Garantia do Projeto no dia 9 de abril de 2013, na Sede do FIDA em Roma, o FIDA já efetuou três missões distintas de apoio à implementação orientadas a apoiar o início das atividades do Projeto: no dia 18 de abril de 2013; nos dias 11 e 12 de julho de 2013; e nos dias 26 a 30 de agosto.

2. A presente missão teve início com uma reunião com o Secretário do Planejamento Sr. Antônio César Fortes, sendo a Secretaria de Planejamento a Agência Líder do Projeto, da qual também participou o Coordenador do Projeto, Sr. Fernando Danda. Subsequentemente foram efetuadas reuniões com os membros da equipe da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) sobre os seguintes temas: 1) aspectos institucionais; 2) estratégia operacional; 3) temas financeiros; e 4) monitoramento e avaliação (M&A). A missão do FIDA também se reuniu com funcionários da área financeira da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e com os responsáveis da implementação do Projeto nas agências co-executoras que são o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria de Educação (SEDUC), a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETRE).

B. Aspectos Institucionais

3. A missão discutiu e alcançou acordos com a equipe da UGP sobre os principais fatores institucionais relacionados à implementação do Projeto, segundo se indica a continuação.

4. Constituição da equipe da UGP, das Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGPs) e das agências co-executoras. A estrutura organizacional para a execução do Projeto inclui uma UGP baseada em Teresina e estabelecida no marco da Secretaria de Desenvolvimento Rural que é a Agência Executora, cinco URGPs nos territórios incluídos na área de abrangência do Projeto, e pessoal dedicado de tempo integral à implementação do Projeto dentro das agências co-executoras. A UGP já foi constituída e conta com pessoal suficiente para realizar suas atividades, embora não todos eles foram formalmente nomeados. No que tem a ver com as URGPs, está definido que cada uma delas estará formada por duas pessoas da EMATER, uma da SEDUC, uma da SETRE e um

coordenador; até o momento a EMATER, a SEDUC e a SETRE já nomearam o pessoal que trabalhará nas URGPs, mas os coordenadores de cada URGP ainda não foram nomeados. Finalmente, as três co-executoras nomearam o pessoal que se encarregará da implementação do projeto ao interior de cada uma delas. Neste contexto, a missão concluiu que é de extrema importância acelerar a nomeação do diretor técnico da UGP e dos coordenadores das URGPs e formalizar, mediante decretos e portarias, a nomeação do pessoal das co-executoras que já foi destinado para trabalhar no Projeto mas que não foi nomeado formalmente.

5. Com relação ao espaço físico para a instalação das URGPs (Vale do Sambito, Vale do Canindé, Serra da Capivara e dois no Vale do Guaribas) foi informado que UGP efetuou avaliação do espaço disponível nos escritórios regionais da EMATER e a situação é a seguinte: em Oeiras o espaço está adequado e pode ser ocupado; em São Raimundo Nonato e Picos estão se realizando pequenas reformas e em seguida o espaço pode ser ocupado; em Valença e Paulistana há necessidade de reforma estrutural que demorará alguns meses e neste período foi acordado que a SEDUC proveria espaço de forma temporária até que as reformas nas regionais da EMATER sejam concluídas no caso de Valença e do mesmo modo na UESPI no caso da URGP de Paulistana. Concomitantemente, a missão destacou que é necessário fornecer às cinco URGPs equipamento de trabalho, veículos e material de escritório necessário para seu pleno funcionamento.

6. A missão do FIDA também sublinhou que a UGP necessita de uma equipe específica na área de Monitoramento e Avaliação (M&A) dedicada a esta função, pois será necessário estabelecer o sistema de M&A, preparar relatórios de atividades e de monitoramento do Projeto de forma periódica (incluindo relatórios RIMS do FIDA), desenhar o estudo de base para a avaliação de impactos do Projeto e coletar informação de maneira contínua para alimentar o sistema de M&A.

7. Manual de Operações do Projeto (MOP) e regimentos internos do Conselho Gestor e da UGP. O Projeto conta com um MOP que resulta dos ajustes realizados pela UGP ao MOP elaborado durante a preparação do Projeto. Porém, levando em conta as necessidades emergentes do processo de implementação, foi acordado que a UGP irá efetuar uma revisão do MOP abarcando os seguintes itens principais:

- i. Organograma da UGP e seu Regimento Interno: as atribuições dos assessores e diretores serão revisadas e estabelecidas de maneira mais clara para evitar o risco de duplicação de funções. Além disso, foi decidido que as URGPs terão relação direta com os diretores, principalmente com o diretor técnico. Também será incluída no organograma a área de M&A com devida equipe técnica;
- ii. Fluxo para Aprovação de Planos de Negócios: com a finalidade de garantir a legitimidade em nível local, as Cartas Consultas idealmente passarão pelos Conselhos Municipais antes de chegar às URGPs que realizará a análise técnica; porém, em situações nas quais esses conselhos forem frágeis, não funcionam adequadamente ou apresentam outros problemas, essas Cartas poderão ser apresentadas diretamente à UGP por meio das URGPs;
- iii. Conselho Gestor do Projeto e seu Regimento Interno: Entre os objetivos do Conselho Gestor será destacada a função de aprovação dos Planos de

Negócios, mas também a de promover a coordenação entre os co-executores e outros parceiros. As reuniões do Conselho Gestor serão três anuais ordinárias e as reuniões extraordinárias serão de acordo com demanda e solicitação dos seus membros;

- iv. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola (CEDERPA): cumprirá as funções de Conselho Consultivo do Projeto e terá um papel importante como canal de informação e difusão das atividades do Projeto;

8. A missão recomendou que após a sua revisão, o MOP seja enviado para o FIDA no formato de consulta técnica e posteriormente enviado para aprovação pelo Conselho Gestor do Projeto e então enviado pelo Secretário da SEPLAN para não objeção do FIDA. Foi acordado que a mesma sistemática será adotada para os outros documentos chave de operação do Projeto.

9. Convênios de Cooperação Técnico-Financeiro. A SDR na sua condição de agencia executora e as co-executoras (EMATER, SETRE, SEDUC) deverão assinar convênios de cooperação técnica e financeira que estabelecerão o marco de cooperação entre elas para a execução do Projeto. A missão destacou que esses convênios serão chave para destravar a implementação do Projeto; portanto o FIDA acelerará a análise das minutas dos convênios e a UGP junto à SDR acelerarão sua finalização e assinatura com as co-executoras (EMATER, SEDUC e SETRE).

10. Modificações Acordo de Empréstimo. O Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos do Governo Federal autorizou modificações ao Acordo de Empréstimo que foram propostas pelo Governo do Piauí. A partir disso, o FIDA informou que foi iniciado o trâmite interno para aprovação de parte do FIDA dessas alterações, e mencionou que o Presidente do Fundo tem a prerrogativa para aceitar (ou não) essas alterações.

C. Estratégia operacional

11. A missão discutiu as principais linhas estratégicas para operação do Projeto e os seguintes foram os pontos mais salientes.

12. Divulgação do Projeto. A divulgação do Projeto junto ao público alvo será efetuada proximamente. Porém, antes desse processo de divulgação foi recomendado que sejam realizadas previamente oficinas de nivelamento com o objetivo de permitir a apropriação do conteúdo do Projeto e nivelar a informação principalmente no referido ao relatório de desenho do Projeto e ao Manual de Operação do Projeto (MOP). A oficina contará com participação da equipe da UGP, incluindo URGP's, e o pessoal das co-executoras (EMATER, SEDUC, SETRE) envolvido nas atividades do Projeto. Para tanto, foi sublinhado que será fundamental que as URGP's estejam totalmente constituídas.

13. Mecanismo de Assessoria Técnica (AT) e Extensão. Foi sublinhado pela equipe do FIDA a importância estratégica de definir um mecanismo de provimento de Assistência Técnica (especializada e contínua) de modo a auxiliar a preparação, avaliação e execução dos investimentos produtivos, sendo este um tema central que caracteriza o âmago do Projeto. No contexto do provimento da AT a EMATER terá um papel fundamental, porém, também foi realçado que o provimento de AT não deverá ser

exclusivo da EMATER e também incluirá outros provedores de serviços de AT. Ficou decidido que a UGP irá preparar uma estratégia operacional de provimento de serviços de AT e irá encaminhar ao FIDA até o dia 28/02/2014.

14. Projeto de Cooperação Técnica (PCT) com IICA. O PCT, que já recebeu não objeção do FIDA, terá papel importante para agilizar a implementação do Projeto. A UGP informou o processo foi encaminhado pelo Agência Líder e atualmente encontra-se em análise na PGE. Ficou decidido que a UGP e Agência Líder irão acompanhar de perto o trâmite do PCT junto à PGE. Além disso, a missão destacou que o PCT contempla principalmente a organização de cursos pontuais de capacitação e solicitou à UGP que reoriente o foco para serviços de AT (contínua e especializada).

15. Acesso a investimentos produtivos do Projeto. A UGP definiu que para acessar os recursos de investimento do Projeto será necessária a elaboração de Cartas Consultas e Planos de Negócio que serão elaborados com orientação de assistência técnica do Projeto; esta estratégia foi apreciada positivamente pelo FIDA. Neste sentido, ficou decidido que a UGP irá revisar e atualizar os modelos de Cartas Consultas e de Planos de Negócio que já preparou e proporá critérios técnicos para avaliação e pontuação das propostas de modo a garantir que atendam aos critérios de elegibilidade do Projeto e permita uma alocação eficiente dos recursos. O estabelecimento de critérios técnicos claros de avaliação também trará maior clareza e transparência ao processo de avaliação dos Planos de Negócios e dará respaldo à UGP e ao Conselho Gestor nas suas decisões e aprovações de investimentos.

16. Plano Operativo Anual (POA) 2014. O FIDA informou que o POA 2014 foi recebido oportunamente e aprovado, embora é possível que seja revisado e ajustado durante a implementação das atividades. Neste sentido, foi acordado que a UGP irá revisar o POA 2014 levando em conta os vários aspectos discutidos durante a presente missão de supervisão. A revisão do POA 2014 será efetuada junto com as co-executoras (EMATER, SEDUC e SETRE), cada uma das quais preparará seu próprio plano de trabalho para 2014, os que serão incorporados como parte do POA. Cada co-executora também preparará seu manual metodológico para consecução das atividades e que servirá como subsídio para que a UGP aperfeiçoe a estratégia operacional contida no MOP.

17. Seleção das Comunidades. A missão destacou que é importante definir de maneira clara os critérios de priorização das comunidades a serem selecionadas na área de abrangência do Projeto, o que contribuirá a uma adequada focalização. A missão aludiu ao exemplo do Projeto apoiado pelo FIDA no Estado da Bahia, que efetuou um excelente e extenso processo de focalização para selecionar as comunidades atendidas pelo Projeto. Neste sentido, foi destacada a importância de efetuar uma troca de experiência com os executores desse projeto na Bahia por meio de uma visita de intercâmbio. Neste sentido foi acordado que a UGP desenvolverá critérios de priorização de comunidades e mecanismos para sua seleção, para o qual pode contribuir a troca de experiência com o projeto da Bahia.

18. Intercâmbio com o Projeto Gente de Valor no Estado da Bahia. A missão FIDA recomendou que a equipe da UGP efetue um intercâmbio com o Projeto Gente de Valor que o FIDA co-financiou no Estado da Bahia, de modo a conhecer as experiências

principalmente na área de focalização e os mecanismos de prestação de Assistência Técnica aos beneficiários.

19. Potencialização dos investimentos do PCPR: Ficou acordado que será efetuado um levantamento dos investimentos produtivos efetuados pelo PCPR que poderiam ser beneficiados do mecanismo de AT do Projeto, de modo a garantir sua sustentabilidade e visando a eficiência no uso dos recursos públicos.

D. Temas Financeiros

20. Gestão Financeira. A gestão de recursos internacionais e de execução compartilhada com co-executores é um desafio. A missão reconhece os esforços e empenho da UGP e SDR para o arranque deste Projeto neste primeiro ano de implementação. Contudo, os arranjos e fluxos de gerenciamento financeiro necessitam de uma especial atenção para se tornarem satisfatórios.

21. Fluxos e Rotinas de Gerenciamento Financeiro. O FIDA, junto à UGP e técnicos da SDR observaram que é necessário obter maior clareza nos procedimentos, rotinas e fluxos dos processos de despesas necessários para a execução do Projeto, tais como: celebração, repasse e prestação de contas dos convênios; procedimentos de aquisições por meio das normas do FIDA, por meio de pregão eletrônico; solicitação de diárias, repasses/ liberação de recursos aos co-executores; repasses ao Projeto de Cooperação Técnica com IICA; procedimentos para solicitação de não objeção ao FIDA entre outros.

22. Manual de Procedimentos Financeiros. A fim de esclarecer e definir estas rotinas e procedimentos foi acordado entre o FIDA, SDR e UGP que será estabelecido um grupo de trabalho (UGP e SDR) para definição destes procedimentos nas próximas quatro semanas. O resultado deste trabalho comporá o Manual de Procedimentos Financeiros do projeto a ser submetido ao FIDA até o dia 20/02/2014. Diante deste importante tema para o desenvolvimento das atividades do projeto, entre os dias 25 e 27 de fevereiro o Especialista Financeiro e de Aquisições do FIDA realizará uma missão de apoio à implementação para participar da supervisão deste tema junto à UGP e demais co-executores.

23. Reuniões mensais operacionais. A SDR e a UGP acordaram com o FIDA, que promoverão reuniões mensais nos próximos 6 meses, para discussão de temas operacionais de procedimentos financeiros, nas quais participarão técnicos da diretoria financeira da SDR, da UGP e da comissão de licitação, a fim de revisar e melhor adequar os possíveis e eventuais entraves administrativos ocorridos para uma melhor fluência dos processos no âmbito do Projeto.

24. Plano Operativo Anual (POA) 2014. O Plano Operativo Anual 2014 possui um valor total de R\$ 22,8 milhões, sendo R\$ 17,7 milhões da fonte FIDA e R\$ 5,1 da fonte Contrapartida. O Plano Operativo Anual 2014 ainda não vem sendo executado, contudo estima-se a realização de despesas para a contratação de consultores, compra de veículos e o financiamento de oito Planos de Negócios iniciais. Infere-se que esta inexecução é devida a não conclusão e disseminação das rotinas e fluxos de procedimentos administrativos.

25. Orçamento Estadual 2014. O orçamento do Projeto previsto na Lei Orçamentária Anual para 2014 para a UGP e os co-executores é suficientes para cumprir as atividades previstas no POA 2014, embora até a data de realização desta missão de supervisão não houve nenhuma execução.

26. Pedidos de desembolso. O valor do empréstimo de 12.770.903 Direitos Especiais de Saque (DES, ou SDR em inglês), correspondente a aproximadamente USD 20 milhões para a execução do Projeto em 7 anos. Até o presente, a pedido do Governo Estadual o FIDA desembolsou USD 2 milhões, o que representa 10% do valor do Projeto. O Projeto ainda não possui valor comprovado ao FIDA.

27. Fundos de contrapartida estadual. Os recursos da contrapartida do Governo do Piauí pactuados ao Projeto são de USD 9,671,000. Desde o início do Projeto, os recursos aportados foram em salários e equipamentos. A missão esclareceu à UGP que os salários e gratificações do pessoal dedicado exclusivamente com as atividades do projeto poderão ser contabilizados como contrapartida.

28. Conta Designada. O FIDA realizou o depósito na conta designada inicialmente informada pelo Governo do Piauí, de titularidade da SEFAZ. A missão do FIDA recebeu da UGP o extrato bancário atualizado da referida conta designada.

29. Contas Operativas. As contas operativas da SDR, EMATER, SEDUC e SETRE foram corretamente abertas e encontram-se ainda sem utilização, porém em condições de tramitação dos recursos destinados à execução do Projeto. Seus extratos foram revisados e encontram-se adequados.

30. Sistema de Gerenciamento Financeiro. O Projeto utiliza o SIAFEM para a realização das transações de registros financeiros e contábeis de forma segregada e adequada. Contudo, o Sistema de Informações Gerenciais previsto para o Projeto ainda não está implementado. A UGP informou que está em conclusão a negociação com o consultor que desenvolverá esse sistema, depois do qual será enviado ao FIDA o pedido de não objeção para esta contratação.

31. Contabilidade e Relatórios Financeiros. A missão acordou que a contabilidade e relatórios financeiros exigidos pelo FIDA (SOE, SS, Registro de Contratos) do Projeto serão elaborados temporariamente em planilhas Excel, no mais tardar até junho de 2014, de forma a dispor de informações para a prestação de contas utilizando as informações extraídas do sistema SIAFEM do Governo do Piauí. Depois que o Sistema de Informações Gerenciais for elaborado segundo mencionado no parágrafo anterior, a contabilidade e relatórios financeiros serão realizados utilizando esse sistema.

32. Auditoria. Foi acordado que o processo de contratação da empresa de auditoria será publicado até março de 2014 e contratação até abril de 2014 para que a empresa realize a auditoria das contas do Projeto referente aos anos de 2013. A missão lembrou à UGP que o relatório de auditoria referente ao período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2013 deverá ser entregue, nos seus originais ao FIDA em Roma, até no máximo dia 30 de junho de 2014.

33. Aquisições. Durante a missão foram realizadas discussões e esclarecimentos quanto aos procedimentos de aquisições junto à Comissão de Licitação do Projeto e demais co-executores. Até o momento da missão nenhum processo de licitação foi realizado. Contudo acordou-se que os procedimentos, rotinas e fluxos estarão definidos no Manual de Procedimentos Financeiros do Projeto conforme o citado no paragrafo 22 acima.

34. A missão verificou que a equipe de aquisições possui o conhecimento quanto ao tema das Normas de Aquisição similares a do FIDA (por exemplo, Banco Mundial), o que permite que avancem na condução dos processos de aquisição.

35. Revisão Prévia aos Planos de Negócios. A missão esclareceu que somente os Planos de Negócios de Investimentos Produtivos cujos valores sejam acima de USD 100 mil deverão ter a revisão prévia do FIDA.

E. Monitoramento e Avaliação (M&A)

36. A equipe do FIDA discutiu o tema de M&A com a UGP, com a coordenação do Programa Mais Viver e com a equipe do Sistema Informatizado de Monitoramento de Ações Estratégicas do Governo do Estado (SIMO). O FIDA informou que está em processo de contratação de uma consultoria para apoiar à UGP do Projeto (e de outros co-financiados pelo FIDA no Nordeste) na revisão do Marco Lógico e na atualização dos indicadores do Projeto, de modo a contribuir para o estabelecimento de sistema de M&A útil e eficiente, que também permita a compatibilidade entre os indicadores dos distintos projetos apoiados pelo FIDA no Nordeste, de modo que seja possível agregar e comparar os indicadores dos distintos Projetos em execução. Esta atualização do marco lógico e dos indicadores também será importante para o processo de avaliação, pois o estudo de base para a avaliação de impactos será realizado considerando esses indicadores ajustados/atualizados. O FIDA também ressaltou, como mencionado acima, a importância da UGP possuir em seu quadro uma equipe dedicada ao tema de M&A. Finalmente, foi acordado que o pessoal do Programa Mais Viver e do SIMO participe da oficina de nivelamento que será preparada pela UGP, o que contribuirá a uma melhor compreensão do Projeto de parte dessas entidades.

F. Considerações finais

37. A missão do FIDA concluiu que desde a assinatura do Projeto houve avanços em várias áreas e cabe destaque a equipe motivada da UGP, o compromisso do Governo do Estado com o Projeto e com o tema de redução da pobreza rural, a ampla apropriação do Projeto pelas várias esferas governamentais e a preparação de elaborado material de divulgação e promoção do Projeto. Porém, a missão destaca que é necessário acelerar a implementação do Projeto principalmente por meio da priorização dos seguintes temas: terminar e aperfeiçoar a construção das ferramentas metodológicas e operacionais para implementação do Projeto; finalizar a instalação das cinco URGPs, incluindo formalização da nomeação da equipe, equipamento e instalação física; assinar os Convênios com as co-executoras; a conclusão do Manual de Procedimentos Financeiros e especialmente o estabelecimento das rotinas e fluxos dos processos de despesas e aquisições para o financiamento das atividades do Projeto.

G. Plano de tarefas prioritárias

38. Ficou acordado o seguinte plano de tarefas prioritárias a ser executado pela UGP:

Atividades	Prazos
Temas institucionais e operacionais	
1. Revisar organograma da UGP incluindo equipe dedicada à M&A	31/01/2014
2. Preparar e efetuar oficina de nivelamento	15/02/2014
3. UGP, URGP e co-executoras: formalização das nomeações do pessoal	28/02/2014
4. Revisar POA 2014 em consulta com co-executoras	28/02/2014
5. Revisar Manual de Operações do Projeto (MOP)	28/02/2014
6. Atualizar modelo da Carta Consulta e de Plano de Negócio	28/02/2014
7. Elaborar critérios e mecanismos para aprovação dos Planos de Negócio	28/02/2014
8. Finalizar e assinar Acordos com co-executores (EMATER, SEDUC, SETRE)	28/02/2014
9. Preparar e efetuar oficinas de divulgação	28/02/2014
10. URGP: adequação do espaço físico, compra de equipamento e veículos	31/03/2014
11. Acompanhar trâmite do PCT IICA junto à PGE	31/03/2014
Temas financeiros	
12. Definição de procedimentos, fluxos e rotinas de gerenciamento financeiro	20/02/2014
13. Conclusão do Manual de Procedimentos Financeiros	20/02/2014
14. Contratação consultoria em software para desenvolver/adequar o sistema financeiro e contábil/ de informações gerenciais	28/02/2014
15. Preparar os Termos de referência e especificações técnicas dos veículos	28/02/2014
16. Contratação empresa para efetuar auditoria externa do Projeto 2013-2014	31/03/2014
17. Sistema de Informações financeiras/gerenciais disponível	01/06/2014
18. Envio do Relatório de Auditoria 2013 ao FIDA em Roma	15/06/2014
19. Missão de apoio à implementação e seguimento	25/02/2014

39. A execução do Plano acima será supervisionada e monitorada pelo FIDA, principalmente através da missão que realizara o Especialista Financeiro do FIDA ao Estado entre os dias 25 e 28 de fevereiro de 2014.

40. Finalmente, a missão gostaria de destacar a receptividade e apoio recebido pelo Governo do Estado, principalmente pelo Secretário de Planejamento Sr. Antônio César Fortes, pela equipe da UGP e da SDR, e pelas agencias co-executoras EMATER, SETRE e SEDUC. Este apoio permitiu que o trabalho da missão de supervisão seja frutífero.

Teresina, 24 de janeiro de 2014

Antônio Cezar Fortes
Secretário de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Fernando Antônio Danta Vasconcelos
Diretor Executivo da UGP do Projeto

Ivan Cossio
Gerente de Programas do FIDA para o Brasil

Hardi Vieira
Oficial de Programas do FIDA no Brasil

Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings

Basic Facts

Country	Brazil		Project ID	1486	Loan/DSF Grant No.	788
Project	Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí				Top-up Loan/DSF Grant	
Date of Update	16-Jul-2014					
Supervising Inst.	IFAD/IFAD					
No. of Supervisions	1	No. of Implementation Support/Follow-up missions	5			
Last Supervision	24-Jan-2014	Last Implementation Support/Follow-up mission	30-May-2014			

				USD million	Disb. rate %
Approval	15-Sep-2009			Total financing	39.14
Agreement	09-Apr-2013	Effectiveness lag	43.4	IFAD Total	20.00
Entry into force	09-Apr-2013	PAR value	-----	IFAD loan	20.00
First disbursement	01-Aug-2013			DSF grant	
MTR		Last amendment		IFAD grant	
Original completion	30-Jun-2020	Last audit		Domestic Total	19.14
Current completion	30-Jun-2020			Beneficiaries	6.67
Original closing	31-Dec-2020			Government (Local)	9.67
Current closing	31-Dec-2020			Government (National)	2.80
No. of extensions	0			External Cofinancing Total	

Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management		4	1. Quality of project management		4
2. Acceptable disbursement rate		4	2. Performance of M&E		3
3. Counterpart funds		4	3. Coherence between AWPB & implementation		3
4. Compliance with financing covenants		4	4. Gender focus		4
5. Compliance with procurement		4	5. Poverty focus		4
6. Quality and timeliness of audits		4	6. Effectiveness of targeting approach		4
			7. Innovation and learning		
			8. Climate and environment focus		
B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Desarrollo productivo		4	1. Institution building (organizations, etc.)		4
2. Desarrollo humano y social		4	2. Empowerment		4
3. Fortalecimiento institucional		4	3. Quality of beneficiary participation		4
			4. Responsiveness of service providers		4
			5. Exit strategy (readiness and quality)		
			6. Potential for scaling up and replication		

B.5 Justification of ratings

Desde la firma del Acuerdo de Financiamiento el Proyecto avanzó en la elaboración y/o ajuste de normas importantes para su gestión: fue ajustado el Manual de Operaciones para adecuarse a la actual realidad institucional; fueron elaborados el Manual de Gestión Financiera, el Reglamento Interno de la UGP y el Reglamento Interno del Consejo Gestor del Proyecto; todas estas herramientas de gestión fueron aprobadas por las instancias de gobierno correspondientes y recibieron la no objeción del FIDA. En el ámbito fiduciario, fue desembolsado el 10% del préstamo y 5% de los fondos de contrapartida, las cláusulas del convenio se cumplen sin mayores inconvenientes y las pocas adquisiciones realizadas cumplieron las normas nacionales y del FIDA, la calidad de la gestión financiera está en proceso de consolidación. La UGP cuenta con un equipo técnico experimentado y, aunque los avances en la implementación son todavía pequeños, se están construyendo las condiciones para avanzar más rápidamente; de todas maneras las calificaciones asignadas muestran tendencias que deberán confirmarse más adelante. Es temprano para calificar el logro de productos y resultados, pero las condiciones existentes y los avances logrados hasta el presente permiten esperar que serán alcanzados los resultados previstos en el diseño del proyecto. También es todavía muy temprano para evaluar la sostenibilidad, por lo que las calificaciones asignadas reflejan tendencias que deberán consolidarse en el futuro.

Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets		4
C.2 Food security		4
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience		4
C.4 Overall implementation progress (Sections B1 and B2)		4

Rationale for implementation progress rating

El proyecto tiene 14 meses desde la firma del Acuerdo de Financiamiento, durante los cuales se construyeron las condiciones necesarias para su implementación: se formularon y/o ajustaron las herramientas clave para la gestión (manuales, reglamentos y otras normas), la UGP está formada por un equipo con experiencia en la gestión de proyectos con financiamiento internacional, el gobierno disponibilizó suficientes recursos de contrapartida y la UGP está avanzando en la preparación de los primeros proyectos de inversión productiva. En lo referido a los aspectos fiduciarios, la tasa de desembolso del FIDA y de la contrapartida están en niveles aceptables, se cumplen las cláusulas del Acuerdo de Financiamiento y las normas sobre adquisiciones, y se están construyendo las capacidades para una adecuada gestión financiera. A partir de la información resultante de misiones de supervisión, de apoyo a la implementación y del acompañamiento continuo que el FIDA hace al proyecto, es posible tener expectativas razonables de que el proyecto se consolidará y acelerará su implementación. De todos modos será necesario estar muy atentos a la influencia que puede tener la coyuntura electoral sobre la implementación del proyecto durante el segundo semestre de 2014.

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)		4
--	--	---

Rationale for development objectives rating

Es muy temprano para calificar con suficiente confiabilidad la probabilidad de alcanzar los objetivos de desarrollo. Las calificaciones asignadas se basan en el análisis de los avances en la implementación realizado durante la misión de supervisión, las misiones de apoyo a la implementación y el acompañamiento continuo a la marcha del proyecto, y expresan procesos en marcha y tendencias que deberán confirmarse durante los próximos meses.

C.6 Risks *Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability*

Fiduciary aspects	El sistema de gestión financiera debe fortalecerse en lo que se refiere a: i) una definición más precisa de las rutinas y los flujos para la ejecución de gastos del proyecto, y ii) la puesta en funcionamiento del sistema informatizado contable específico para el proyecto, ya que hasta ahora se utiliza el sistema del Gobierno de Piauí que no emite informes desagregados sobre las cuentas del proyecto en tiempo real. El personal de la UGP tiene claro que estas tareas son prioritarias, fue acordado con el FIDA que deben acelerarse y, si bien estos aspectos no ponen en riesgo el logro de los objetivos del proyecto, es necesario resolverlos a la brevedad posible.
Project implementation progress	En octubre de 2014 se realizarán elecciones nacionales y estatales en el Brasil. En el Estado de Piauí esta coyuntura generó cambios de autoridades de gobierno, incluidas las contrapartes directas del FIDA, y falta de continuidad en varios ámbitos de la gestión pública, lo que influye en la implementación del proyecto. La situación volverá a estabilizarse recién a inicios de 2015, cuando tomen posesión las autoridades del gobierno que será elegido en octubre próximo. Esta situación es coyuntural, se espera que no pondrá en riesgo el logro de los objetivos del proyecto, pero requiere de un acompañamiento continuo de parte del FIDA para evitar que la coyuntura dañe los avances logrados en la ejecución del proyecto. Además de la atención a la coyuntura política y sus posibles efectos sobre el proyecto, es necesario poner atención en: i) la construcción del sistema de monitoreo y evaluación, y ii) el establecimiento de las Unidades Regionales de Gestión del Proyecto.
Outputs and outcomes	El avance en la ejecución de los distintos componentes depende de la participación de la Empresa de Asistencia Técnica y Extensión Rural (EMATER), de la Secretaría de Educación y de la Secretaría de Trabajo y Emprendedurismo, que son las entidades co-ejecutoras. En este sentido, para evitar atrasos en la ejecución de los distintos componentes es necesario acelerar el logro de acuerdos con esas instituciones, lo que sin embargo enfrenta las limitaciones ya descritas debidas a la actual coyuntura electoral.
Sustainability	Es demasiado temprano para evaluar riesgos referidos a la sostenibilidad.

Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Gestión financiera	1. Definir con mayor precisión las rutinas y flujos para la ejecución de gastos del proyecto. 2. Concluir el diseño del sistema contable informatizado específico para el proyecto y ponerlo en funcionamiento.	Septiembre 2014	En curso
Coyuntura electoral	Acompañamiento continuo a la coyuntura electoral para evitar que dañe los avances logrados en la ejecución del proyecto.	Febrero 2015	En curso
Gestión del proyecto	1. Construcción del sistema de monitoreo y evaluación 2. Establecimiento de las Unidades Regionales de Gestión del Proyecto	Diciembre 2014	En curso
Acuerdos con co-ejecutoras	Acelerar el logro de acuerdos con las entidades co-ejecutoras para evitar retrasos en la implementación de los distintos componentes.	Septiembre 2014	En curso

Additional observations

Apêndice 2: Marco lógico actualizado

Nota: El marco lógico no fue actualizado debido a la fase todavía inicial en la que se encuentra la ejecución del proyecto
--

Apêndice 3 : Resumen de las medidas más importantes que haya que adoptar en plazos convenidos

Nota: Véase sección G del Ayuda Memoria en la que se presentan de forma detallada las medidas acordadas con el Gobierno y los plazos para su cumplimiento.

Apêndice 4: Progresos físicos medidos respecto del POA

Nota: No se incluyen debido a la fase todavía inicial en que se encuentra la ejecución del proyecto

Apêndice 5: Aspectos financeiros:

Execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Quadro 5A: Execução Financeira por financiador 24/01/2014

Financiador	Aprovado (USD)	Atual (USD)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA	20.000.000,0	20.000.000,0	2.000.000,00	10%
Governo	9.671.000,0	9.671.000,0	-	0%
Total	29.671.000,0	29.671.000,0	2.000.000,00	7%

Quadro 5B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)

24/01/2014

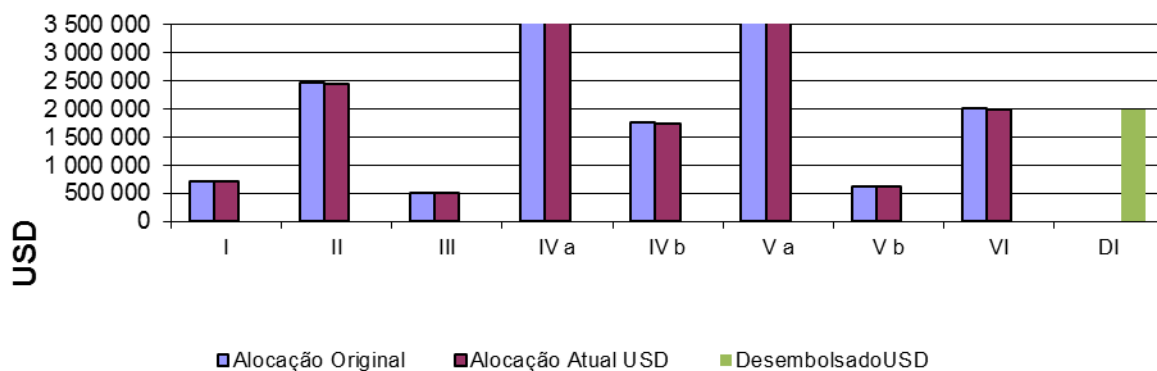
Componente	FIDA			Governo			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1 Desenv. Social e Humano	2.067,0	0	0,0%	2.307,0	0	0,0%	4.374,0	0	0,0%
2 Desenvolv. Produtivo	15.939,0	0	0,0%	3.768,0	0	0,0%	19.707,0	0	0,0%
3 Fortalecimento Inst.	794,0	0	0,0%	169,0	0	0,0%	963,0	0	0,0%
4 Unidade de Gestão do Projeto	1.200,0	0	0,0%	3.428,0	0	0,0%	4.628,0	0	0,0%
Total	20.000,0	-	0,0%	9.672,0	-	0,0%	29.672,0	0	0,0%

Fonte: UGP/PVSA/MVSA

Quadro 5C: Desembolsos com recursos do FIDA (USD, em 24/01/2014)

Descrição da Categoria		SDR	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	WA Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	455.000	712.557	705.250	0	0	705.250	0%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.580.000	2.474.375	2.449.000	0	0	2.449.000	0%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	330.000	516.800	511.500	0	0	511.500	0%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	4.364.000	6.834.286	6.764.200	0	0	6.764.200	0%
IV b	Fundos de Investimentos Agroprocessamento	1.120.000	1.753.987	1.736.000	0	0	1.736.000	0%
V a	Custos Recorrentes/Salários ADLs, Extencionistas	3.240.000	5.074.034	5.022.000	0	0	5.022.000	0%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	400.000	626.424	620.000	0	0	620.000	0%
VI	Não alocado	1.281.903	2.007.537	1.986.950	0	0	1.986.950	0%
DI	Depósito Inicial	0	-	0	2.000.000	0	-2.000.000	10%
Total		12.770.903	20.000.000	19.794.900	2.000.000	0	17.794.900	

Gráfico 1: Desembolsos com recursos do FIDA, comparação entre as alocações originais e atuais, e desembolsos efetivos



Apêndice 5.1: Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión – Cuestionario de orientación^{1,2}

País: Brasil	Número del préstamo/donación: I788 - BR
Nombre del proyecto: Viva o Semiárido	
Organismo de ejecución: SDR/Gov do Piauí	GPP: Iván Cossío
Oficial de finanzas/EGF encargado del examen: Danilo Pisani de Souza	Fecha del examen: 24/01/2014

Tema		Calificación del riesgo E/M/B	Cuestiones/ Observaciones/ Recomendaciones
A. Riesgos inherentes			
B. Riesgos controlables			
1. Organización y dotación de personal			
a.	Idoneidad de la estructura orgánica para satisfacer las necesidades funcionales del proyecto	B	
b.	Existencia de descripciones claras de los puestos de trabajo de los cargos clave del proyecto, comprendidos los fiduciarios	B	
c.	Idoneidad del personal encargado de la gestión financiera del proyecto (cantidad y competencias), acorde con las necesidades funcionales del proyecto	B	
d.	Existencia e idoneidad de manuales y guías de actuación destinados al personal	B	
e.	Existencia de un sistema de evaluación basado en el desempeño y realización puntual de la evaluación del desempeño de todo el personal	B	
f.	Idoneidad de la cobertura del seguro médico de todo el personal (si procede)	B	
g.	Pago puntual de las cotizaciones a la seguridad social (si procede)	B	
h.	Personal correctamente informado de la política nacional y del FIDA acerca de la anticorrupción y de con quién ponerse en contacto al respecto	B	
2. Presupuestación			
a.	Preparación y aprobación puntuales del plan operativo anual (POA)	B	
b.	Concordancia del POA con las categorías de gastos del Apêndice 2 del convenio de financiación	B	
c.	Se han determinado las fuentes de financiación y los organismos de ejecución de cada categoría del POA	B	

¹ Este cuestionario debe utilizarse como orientación y apoyo de la sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario del proyecto durante la supervisión. Debe cumplimentarse durante la misión.

² Deben incluirse las conclusiones pertinentes de los informes de supervisión y sobre la marcha de los proyectos, las visitas sobre el terreno y las constataciones del informe de auditoría.

d.	Se han determinado las vinculaciones entre el POA y el plan de adquisiciones y contrataciones (en lo tocante al cálculo de los costos y las actividades). Contrólense las premisas en que se basan las estimaciones de los costos, así como los artículos de valor elevado	B	
3. Flujos de fondos y desembolsos/retiro de fondos			
a.	Puntualidad en el desembolso de los fondos por las diversas fuentes (y de la financiación de cofinanciadores, si procede)	B	
b.	Puntualidad en el desembolso de los fondos de contrapartida	B	
c.	Eficiencia de los canales de financiación. Puntualidad y trazabilidad de los flujos de fondos	B	
d.	Eficiencia de los canales de financiación de las líneas de crédito. Puntualidad y trazabilidad de los flujos de fondos, si procede	B	
e.	Gestión de la(s) cuenta(s) especial(es) o cuenta(s) designada(s), desembolsos		
	i) Idoneidad de la asignación autorizada para asegurar la fluidez del flujo de fondos	B	
	ii) Corrección de los métodos empleados para hacer los desembolsos	B	
	iii) Idoneidad del respaldo documental de las declaraciones de gastos, reembolsos, pagos directos y compromisos especiales	B	
	iv) Preparación puntual y exactitud de las solicitudes de retiro de fondos	B	
	v) Autorización de las solicitudes de retiro de fondos	B	
	vi) Situación de los fondos retirados de la cuenta especial para cubrir gastos cuya reposición todavía no se ha solicitado (señalación de casos antiguos)	B	
	vii) Regularidad del monitoreo de la(s) cuenta(s) especial(es)/designada(s) y las conciliaciones mensuales firmadas por el gerente del proyecto. Examínense y evalúense las conciliaciones	B	
	viii) Comparación de lo desembolsado con el POA y análisis de si la tasa de desembolso es satisfactoria habida cuenta del tiempo de ejecución restante. Formúlense observaciones, si procede	M	A indefinição de alguns fluxos prejudicou a execução. Foi acordado reuniões para resolução.
	ix) Recuperación de los saldos de la(s) cuenta(s) especial(es) dentro del cierre del préstamo	B	
4. Controles internos			
a.	Separación de funciones. ¿Desempeñan diferentes unidades o personas las siguientes responsabilidades operativas: i) la autorización de una transacción; ii) la ejecución de una transacción; iii) el registro de la transacción, y iv) la custodia de los bienes objeto de la transacción	B	
b.	La claridad y la idoneidad de los procesos de decisión y la secuencia de sucesos de las funciones de control en la ejecución del proyecto se reflejan en el manual financiero (o su equivalente)	M	Os fluxos necessitavam de uma melhor clareza de quais atores estavam envolvidos. Foi acordado reuniões para resolução.
c.	Observancia del manual financiero	B	O manual está em fase final de conclusão.
d.	Eficacia y eficiencia de los controles internos de las entradas de fondos no procedentes del FIDA	B	

e.	Idoneidad de la gestión de los contratos (llevarza de un registro de contratos y de un formulario de seguimiento) y de su archivo	B	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
f.	Eficacia y eficiencia de los controles internos de los gastos (ciclo completo: compromiso, pago, recepción de bienes y servicios, aprobación de pagos, calificación, etc.)	-	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
g.	Documentos justificativos que confirmen la entrega y aceptación de los bienes, las obras o los servicios contratados	-	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
h.	Controles físicos del dinero en efectivo, los documentos y los registros. Idoneidad de los sistemas de archivo. ¿Se efectúan conciliaciones mensuales de la caja chica y arqueos sorpresivos? Custodia de la caja chica y control de las llaves	-	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
i.	Idoneidad de la gestión material del efectivo	-	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
j.	Pago puntual a los proveedores y consultores	-	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
k.	Legitimidad de los gastos con respecto a los convenios de financiación	-	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
l.	Legalidad/legitimidad de los anticipos de fondos del proyecto y justificación puntual de su utilización	-	Até a missão não houve pagos com recursos do FIDA
m.	Cumplimiento de las cláusulas sobre gestión financiera de los convenios de financiación y de la carta al prestatario	B	
n.	Idoneidad de la llevarza de registros actualizados de los activos fijos y las existencias	B	
o.	Idoneidad de los controles de los activos del proyecto, con inclusión de: i) la gestión de los vehículos y de otros activos (¿están debidamente etiquetados o marcados los activos, se efectúa regularmente un recuento físico de las existencias?); ii) la gestión del combustible (¿llevan los conductores un cuaderno de registro?), y iii) las autorizaciones de viajes (incluidos los viáticos pagados al personal)	B	
p.	Idoneidad del seguro de los vehículos y los activos	B	
q.	Talleres: i) disponibilidad de la lista de los participantes; ii) viáticos pagados a los participantes, y iii) recibos de los gastos de los talleres	B	
r.	Idoneidad de los controles y del proceso de autorización para el empleo de los fondos (pagos, transferencias, gestión del efectivo/saldo bancario) y otras cuentas operacionales – cuenta no especial	B	
s.	Arreglos y controles bancarios (conciliación de los estados bancarios con las cuentas financieras)	B	
t.	Existencia de una unidad de apoyo adecuada de tecnología de la información	B	

5. Contabilidad			
a.	Base de la contabilidad (efectivo, devengados) y control sobre si las normas contables están en consonancia con los requisitos del FIDA (por ejemplo, NIIF/IPSAS 1, presentación de estados financieros/IPSAS 2 estados de flujos).	B	
b.	Idoneidad y fiabilidad del sistema contable (¿Se emplea la contabilidad por partida doble?; especifíquese el programa informático que se utiliza. ¿Se registran los datos presupuestarios en el sistema contable? ¿Puede producir el sistema contable informes financieros automáticos periódicos?)	B	Ainda não pode producir os informes automáticos no formato FIDA. Sistema complementar em implementação.
b.	Llevanza de registros (con inclusión de la documentación y del archivo)	B	
c.	Llevanza y conciliación del registro de los activos fijos (control físico y por muestreo)	B	
d.	Documentación y controles adecuados de los sistemas de información, con inclusión de los procedimientos contables documentados, la copia de seguridad de los registros financieros y la integración de todos los subsistemas	B	
e.	Idoneidad del plan de cuentas a efectos de la contabilidad del proyecto	B	
f.	Puntualidad en el registro de las transacciones, regularidad de la realización y aprobación de las conciliaciones, controles de registros erróneos	B	
g.	Contabilización correcta de las contribuciones de fondos de contrapartida (como impuestos y exenciones fiscales), así como de aquellas de los beneficiarios, y apropiada presentación de informes al respecto	B	
6. Presentación de informes financieros y seguimiento			
a.	Exhaustividad, exactitud, utilidad y puntualidad de los informes financieros	M	Realizado em planilhas com informações extraídas do Sistema Contábil Estadual
b.	Informes provisionales de la gestión financiera y su vinculación con los informes de avances del proyecto - preparación y presentación al FIDA en los tiempos oportunos	M	O primeiro informe será enviado em 28 de fevereiro de 2014
c.	Preparación de informes que muestren los ingresos y gastos reales y presupuestados y la tasa de ejecución del POA	M	Realizado em planilhas com informações extraídas do Sistema Contábil Estadual
d.	Seguimiento de las recomendaciones sobre cuestiones fiduciarias de ayudas memorias anteriores	B	
e.	Alineación razonable entre la tasa de desembolso de las categorías de gastos recurrentes frente a los de las inversiones	B	
7. Auditoría interna			
a.	Existencia de disposiciones sobre auditoría interna	B	
b.	Idoneidad de las disposiciones sobre auditoría interna (organización - capacidad del personal)	B	
c.	Idoneidad del alcance de la labor y de la calidad de los informes de auditoría interna	B	
d.	Evaluación de las cuestiones planteadas en los informes de auditoría	B	

8. Auditoría externa³			
a.	Idoneidad del alcance y el mandato	-	A primeira auditoria somente será sobre os controles internos e está no prazo. Não houve gastos de recursos do FIDA.
b.	Cumplimiento del mandato	-	
c.	Puntualidad del informe de auditoría	-	
d.	Calidad de la auditoría	-	
e.	Implementación de las recomendaciones de auditoría/el plan de acción convenido para hacerlo	-	

³ Consúltese el examen de auditoria del FIDA.

Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario del proyecto durante la supervisión⁴

Projeto N.º I-788-BR

Organismo de ejecución: Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí

	Evaluación de los riesgos E/M/B	Medida correctiva propuesta
Riesgo inherente	B	n.d.
Riesgos controlables		
1. Organización y dotación de personal	B	
2. Presupuestación	B	
3. Flujo de fondos y disposiciones sobre desembolsos	B	
4. Controles internos	B	
5. Contabilidad	B	
6. Presentación de informes financieros y seguimiento	B	
7. Auditoría interna	B	
8. Auditoría externa	B	
Riesgo fiduciario general del proyecto		
E=elevado, M=medio, B=bajo		

Observaciones:

O Projeto encontra-se em fase inicial de execução.

⁴ Se trata de un resumen de las conclusiones documentadas en la Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión – Cuestionario de orientación (véase el apéndice II). Deberá cumplimentarlo el oficial de finanzas.

Apêndice 6: Cumprimento das Cláusulas Legais: Estado de Implementação

Sección	Cláusula	Data prevista/ período de verificação	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	Início do Projeto	cumprido	As Contas operativas foram abertas
Seção B, 8	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 9.671.000).	anualmente	Em cumprimento	O Estado vem aportando recursos de contrapartida destinados a pagamento de pessoal, equipamentos, diárias, prestação de serviços.
Seção C,1	Agência Líder/Executora. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Agência Executora é a Secretaria de Desenvolvimento Rural -SDR	anualmente	cumprido	A UGP foi estabelecida por meio de Decreto.
Seção F, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do FIDA.	anualmente	cumprido	
Seção F, 2 (a)	Condições de Desembolso. As condições específicas para desembolsos foram cumpridas	No início do projeto	cumprido	
Seção F, 2 (b)	Fundo de Investimento Produtivos. Para uso dos fundos desta categoria as Normas de execução do Fundo de Investimentos Produtivos necessita da não objeção do FIDA. Comitê Executivo do Fundo. Seu estabelecimento e composição necessita da não objeção do FIDA.	Não houve gastos nesta categoria		
Seção F, 3	Emenda. Nenhuma emenda foi realizada no Contrato de Empréstimo sem a anuência do Garantidor do Empréstimo.	anualmente		Foi realizada emenda com anuência do Garantidor e está em processamento no FIDA
Anexo 1, II, 1	Agência Líder/Executora. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Agência Executora é a Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR	anualmente		A UGP foi estabelecida por meio de Decreto
Anexo 1, II, 2	UGP. A UGP foi estabelecida e seu Coordenador foi indicado e os TORs do pessoal-chave foi aprovado pelo Fundo.	anualmente		Decreto Governamental e Regimento Interno da UGP.
Anexo 1, II, 7	Comitê Gestor. Foi estabelecido	anualmente		Decreto Governamental e Regimento Interno do CONGEP.
Anexo 1, II, 11	Acordos Subsidiários. Os arranjos de implementação com as demais Secretarias de Estado e outros partícipes foram estabelecidos	anualmente	Em cumprimento	

Sección	Cláusula	Data prevista/ período de verificação	Situação/Data do cumprimento	Observações
Anexo 1, II, 9	Fundo de Investimentos Produtivos. Foi estabelecido e está operante.			Fundo de Investimentos ainda inoperante.
Anexo 1, II, 11	Vinculação ao MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no acordó.	Início do projeto	cumprido	O MOP foi elaborado, revisado em fase de apreciação pelo CONGEP.
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiados nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	anualmente	Em cumprimento	As despesas elegíveis do Projeto, estão sendo contabilizadas, principalmente com gastos em pessoal, equipamento, etc. E serão apresentadas em conformidade com os percentuais de participação
Condições Gerais do FIDA				
Seção 4.02, b) das CG	Pre-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	Plano Operativo Anual já aprovado
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	Quando substituição	em cumprido	Já encaminhado ao FIDA.
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	Quando em execução	Será apresentado na prestação de contas.
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário devera abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	cumprido	Banco Oficial – Banco do Brasil S/A.
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiados: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;	anualmente	Em cumprimento	

Sección	Cláusula	Data prevista/ período de verificação	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.08, c) e d) das CG	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiadas para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coecitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU	anualmente	Cumprido	
Seção 7.01, b) (ii) das CG	Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários.A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	Cumprido	POA aprobado.
Seção 7.05 das CG	Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	Cumprido	
Seção 7.06 das CG	Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	Cumprido	
Seção 7.07 das CG	Manutenção. Instalações e obras financiadas com recursos do empréstimo em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	Cumprido	
Seção 7.08 das CG	Seguros. a) A UGP mantém segurados todos os bens adquiridos e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	Não aplicável	
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiencia adequadas aprobadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	cumprido	
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	cumprido	
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	Em cumprimento	O sistema está em implemtação.

Sección	Cláusula	Data prevista/ período de verificação	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 8.03 a) das CG	Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	Anualmente até 28 de fevereiro	Não aplicável	O primeiro relatório tem o prazo até 28 de fevereiro de 2014
Seção 8.03 b) das CG	Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	No terceiro ano do projeto	Não aplicável	
Seção 8.04 das CG	Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	No sexto ano de projeto	Não aplicável	
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	Em cumprimento	
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente até 30 de abril	Não aplicável	O primeiro relatório tem o prazo até 30 de abril de 2014
Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	Anualmente	Não aplicável	Em contratação
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	Anualmente até 30 de junho	Não aplicável	O primeiro relatório tem o prazo até 30 de junho de 2014
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	cumprido	
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuario e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execucao do projeto, e durante dez anos após essa data.	semestralmente	cumprido	

Apêndice 7: Gestão de conhecimentos: aprendizaje e innovación

Nota: No se incluyen debido a la fase todavía inicial en que se encuentra la ejecución del proyecto.